



Índice

- 01** Definida composição do Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial
- 02** Corpo de liderança Kaiowá vítima de 35 facadas é encontrado às margens de rodovia no MS
- 03** Comunicado do Movimento Munduruku Ipereg Agu e da Associação Pahyhyp ao governo brasileiro
- 04** ES – Seminários debatem formalização de produtores rurais quilombolas
- 05** Índios Yanomami acampam em Caracará, RR, e moradores reclamam
- 06** Relatório da CNV terá recomendações sobre questão indígena
- 07** Survival International lança nova estatística sobre o suicídio entre os indígenas Guarani Kaiowa
- 08** Comissão da Verdade pede recuperação de terras indígenas distribuídas pela ditadura
- 09** Cultura wajãpi é registrada em edição especial de selo dos Correios
- 10** Projeto em escola indígena de RO concorre a prêmio em Brasília, DF
- 11** Comunidade quilombola de Igreja Nova é retratada em cartões-postais
- 12** Saúde indígena será tema de debate na quinta-feira
- 13** Índios americanos estão prestes a explorar seus próprios poços de petróleo





- 14 Estudante indígena recebe menção honrosa por trabalho de iniciação científica
- 15 Cuidar de índios não cabe à Funai, diz responsável pela Fundação em Roraima
- 16 Ministra Luiza Bairros visita comunidades Quilombolas no Tocantins e faz palestra em Araguaína
- 17 Aprovados novos cursos em escola indígena da Região Celeiro
- 18 No Acre, indígena consegue na Justiça retificar registro e mudar de nome
- 19 Presença indígena e quilombola no ensino superior é tema de Seminário na Uesb
- 20 Menos transparentes, ações para quilombolas já receberam R\$ 48,5 milhões
- 21 Índios ocupam área onde seria construído condomínio em Guaíra
- 22 Distrito indígena recebe 16 veículos
- 23 Sensacionalismo preocupa mulheres indígenas
- 24 Seminários debatem formalização de produtores rurais quilombolas
- 25 PR – A pedido do MPF, Justiça federal suspende reintegração de posse contra indígenas de Tekoha Porã
- 26 Arte indígena do Amapá estampa selo dos Correios
- 27 Consumo e tráfico de drogas infestam aldeias do Acre e podem derrubar coordenadora da Funai na região
- 28 Documentário sobre índios isolados abre 12º Festcine
- 29 Na reserva de Araribá, cacique Jazone põe fé e acredita que chuva irá chegar
- 30 Comunidades tradicionais estão no caminho da Manabi



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Definida composição do Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial

SÍTIO AGORA MS, 03.11.2014

Entidades vão integrar órgão pelo biênio 2014-2016 com o objetivo de propor políticas de superação das desigualdades raciais

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) tornou público o resultado final da habilitação das entidades da sociedade civil candidatas a integrar o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A decisão, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (30), valerá para o biênio 2014 - 2016.

A seleção escolheu 46 entidades divididas em 12 categorias como: organização geral do movimento negro, mulheres, comunidades tradicionais de matriz africana, juventude, LGBT, trabalhadores, temática, comunidades ciganas, comunidade judaica, comunidade árabe, povos indígenas e comunidades quilombolas.

A lista completa das entidades pode ser acessada [diretamente no DOU](#).

O órgão

O Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Seppir. O órgão tem como finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira.

Além do combate ao racismo, o CNPIR tem por missão propor alternativas para a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas.

Fonte: Portal Brasil, com informações da Imprensa Nacional



Corpo de liderança Kaiowá vítima de 35 facadas é encontrado às margens de rodovia no MS

SÍTIO CIMI, 03.11.2014

"Pedimos urgência em nossa segurança doutor, porque não sabemos se amanhã estaremos aqui para fazer este pedido de novo. Vai que estejamos numa vala, num buraco, e aí como é que fica. Assim vivemos doutor, sem saber até quando vamos viver".

15/10/2014: Fala de Daniel Vasques, liderança Kaiowa em reunião realizada em Brasília com Funai e Ministério da Justiça.

O corpo da jovem liderança Kaiowá Marinalva Manoel, de apenas 27 anos, foi encontrado na manhã de sábado, dia 01 de novembro, às margens da rodovia BR-163, nas imediações de Dourados, Mato Grosso do Sul. A morte da jovem atribuiu peso de "destino premeditado" às palavras proferidas por Daniel Vasques a representantes da Funai e Ministério da Justiça em reunião realizada no último dia 15 de outubro em Brasília, ocasião em que Marinalva encontrava-se presente.

Importante liderança na luta pela demarcação da Terra Indígena de Ñu Verá e integrante do Grande Conselho Guarani-Kaiowá da Aty Guasu, a jovem compôs a comitiva que a cerca de 15 dias atrás esteve em Brasília para manifestar repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a anulação do processo de demarcação da Terra Indígena Guyraroká. Durante a semana que estiveram na Capital Federal, os indígenas denunciaram a relação diretamente proporcional que existe entre a tomada de posições que geram retrocessos aos direitos constitucionais dos povos indígenas nas esferas legislativa, executiva e judiciária e o aumento da violência direta e indireta praticada pelos fazendeiros contra as terras dos povos originários.

Morte brutal e nada casual

A brutalidade do assassinato deixou no corpo de Marinalva as marcas de 35 facadas que foram desferidas contra a indígena. Os golpes acertaram a jovem nas regiões do tórax, pescoço, rosto e mão esquerda. Estas últimas sugerem que a indígena tentou se defender do ataque. Uma vez que o corpo da indígena foi encontrado nu, seu cadáver foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) com o intuito de que o órgão possa comprovar também se houve abuso sexual. O caso será investigado pela 2ª Delegacia de Polícia de Dourados.

O Conselho da Aty Guasu emitiu uma carta direcionada ao Ministério Público Federal (MPF) em Dourados e à 6ª Câmara do MPF em Brasília informando da morte da liderança Kaiowá e cobrando providências imediatas em relação ao caso. As demandas sobre a segurança dos Guarani-Kaiowá já foram levadas de forma direta e por diversas vezes até o Ministério da Justiça, mas nenhuma medida foi tomada e os órgãos responsáveis continuam completamente omissos.

CONT.



Segundo as lideranças da Aty Guasu, em inúmeras assembléias Marinalva, a respeito do que fazem também outros indígenas, vinha relatando o aumento das ameaças e das perseguições que sofria de fazendeiros locais e de pessoas contratadas por eles. Para as lideranças do Conselho, a morte da jovem não se trata, portanto, de um acidente ou uma casualidade, mas é o resultado do silêncio das autoridades em relação a uma morte muitas vezes anunciada.

Sem lugar nem para enterrar os mortos

A causa pela qual Marinalva lutou ao longo de sua vida foi sentida de maneira triste pelos parentes e amigos no momento de sua morte. Vivendo sem terra, a comunidade não tem cemitério tradicional, e o corpo da jovem, que deveria repousar junto à terra pela qual lutava, teve de ser enterrado numa área de banhado. Mal a cova foi aberta, a água tomou conta do leito de descanso improvisado para a jovem guerreira. Lágrimas de tristeza e indignação misturavam-se pelos rostos indígenas enquanto a terra ia cobrindo pouco a pouco o corpo.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua solidariedade com o povo Guarani-Kaiowá através da dor partilhada por seus missionários e missionárias com as famílias de Nu Verá. Reafirmamos também o compromisso na luta pela demarcação dos territórios indígenas e pelo acesso dos povos originários a uma vida digna dentro de seus costumes e tradições. Marinalva Manoel vive na luta da Aty Guasu e no caminhar incessante do povo Guarani-Kaiowá. Que seus filhos colham as sementes por ela plantadas em território de Ñu Verá.



Comunicado do Movimento Munduruku Ipereg Agu e da Associação Pahyhyp ao governo brasileiro
SÍTIO CEDEFES, 03.11.2014

O Movimento Munduruku Ipereg Agu, do Alto Tapajós, e a Associação Pahyhyp, do Médio Tapajós, divulgaram Comunicado ao Governo Brasileiro, no qual informam que não comparecerão à reunião marcada para quarta, dia 5 de novembro, na qual deveria ter continuidade o diálogo envolvendo a Convenção 169 da OIT e a demarcação dos seus Territórios.

No documento, os Munduruku denunciam que o Governo não só decidiu hoje, dia ou seja, dois dias antes -, não mais reatuar a reunião na Aldeia Sai Cinza, conforme combinado, como ainda se nega a fornecer combustível para que lideranças de aldeias distantes possam participar.



COMUNICADO AO GOVERNO BRASILEIRO

Nós, povo Munduruku, aprendemos com nossos ancestrais que devemos ser fortes como a grande onça pintada e nossa palavra deve ser como o rio, que corre sempre na mesma direção. O que nós falamos vale mais que qualquer papel assinado. Assim vivemos há muitos séculos nesta terra.

O governo brasileiro age como a sucuri gigante, que vai apertando devagar, querendo que a gente não tenha mais força e morra sem ar. Vai prometendo, vai mentindo, vai enganando.

Abaixo destacamos alguns pontos que mostram a má fé do Governo com o povo Munduruku:

Desde janeiro de 2001 o governo promete que vai fazer a demarcação da terra indígena Sawré Muybu. No ano passado toda a documentação para homologação e registro de nossa terra já estava pronto. Em setembro de 2013 o Relatório para delimitação foi concluído, mas não foi publicado. O Ministério Público Federal teve que entrar com ação obrigando a FUNAI a publicar o relatório, o que não fez até agora.

O Governo não quer fazer demarcação porque isso vai impedir as hidrelétricas que eles querem fazer em nosso rio, chamadas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Já que o governo não quer fazer a demarcação, decidimos que nós mesmos vamos fazer. Começamos a fazer a autodemarcação e só vamos parar quando concluir nosso trabalho.

Assim como não quer fazer a autodemarcação, o Governo age de má fé quando impõe sua agenda sem deixar espaço para nós ao menos indicar o local de reunião, como acontece agora com a reunião de 5 e 6 de novembro.

Nós decidimos que a reunião seria realizada na Aldeia Sai Cinza, o que foi acordado na oficina de capacitação que ocorreu na Aldeia do Mangue nos dias 28 e 29 de outubro de 2014 e está registrado em ata. Passamos o mês todo em articulação para que as lideranças e os caciques pudessem participar dessa reunião tão importante que será discutida como queremos ser consultado. O Governo mudou o local da reunião em



ES – Seminários debatem formalização de produtores rurais quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.11.2014

Mutirão é resultado de recomendação do MPF à Sefaz, após constatar dificuldades de subsistência nas comunidades do Estado

Any Cometti, Século Diário

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) organizará, entre os meses de novembro e dezembro, cinco seminários temáticos destinados aos produtores rurais quilombolas. O mutirão é realizado por conta de uma recomendação enviada à Sefaz pelo Ministério Público Federal (MPF) em São Mateus, pela procuradora Walquiria Imamura Picoli.

Desde maio deste ano, com a publicação do Decreto 3581-R, o Espírito Santo pode conceder inscrição estadual para produtores rurais indígenas e quilombolas. As comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares reivindicam há anos o cadastramento rural. A realização dos mutirões é imprescindível para inserir os quilombolas no cadastro de produtor rural e dar eficácia ao decreto estadual, uma vez que as comunidades quilombolas encontram-se em situação de grave vulnerabilidade econômica e social, fator que dificulta a obtenção da documentação necessária, bem como a locomoção de seus membros, como considera a procuradora.

Nas ações, a Sefaz também deverá emitir o bloco de notas do produtor e prestar informações a respeito dos direitos e deveres dos emitentes de nota fiscal. Além de orientar os quilombolas sobre deveres e direitos fiscais e tributários, os seminários vão abordar a titulação das comunidades em território capixaba. No Estado, oito comunidades quilombolas estão em processo de titulação, que já leva anos. Ainda não existe comunidade quilombola titulada no Espírito Santo.

De acordo com o órgão, as comunidades quilombolas denunciam que enfrentam diversos obstáculos para ter acesso a programas federais de auxílio, fomento e crédito à atividade rural, em virtude de não possuírem bloco de nota fiscal do produtor rural, mesmo existindo um decreto estadual revogando a exigência do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Os quilombolas não têm acesso ao CCIR porque não possuem a titulação definitiva de suas terras e, por esse motivo, o Decreto Estadual nº 3581-R revoga a necessidade de apresentar o CCIR para inserção no cadastro de produtor rural, justamente para que o produtor da comunidade tradicional quilombola possa se inscrever no cadastro.

No norte do Estado, a situação dos quilombolas é especialmente precarizada pela lentidão nos processos que visam a recuperar os territórios usurpados pela Aracruz Celulose (Fibria), por

CONT.



usinas de cana-de-açúcar e álcool, e grandes fazendeiros. Sem o reconhecimento da terra como tradicionalmente quilombolas, as comunidades enfrentam dificuldades para sobreviver. Na região, onde antes havia fartura e preservação ambiental, predomina o cenário de miséria e destruição.

O primeiro seminário acontecerá no dia 18 de novembro, entre as 13h e as 17h, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) quilombola de Santana, em Conceição da Barra (norte do Estado). No dia 19, das 8h ao meio-dia, o seminário será realizado no CRAS quilombola Morro do Arara, em São Mateus (norte do Estado).

No dia 25 de novembro, das 13h às 17h, o seminário será realizado no restaurante Cozinha da Senzala, na comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (sul do Estado). No dia 26, o seminário acontece na escola Orci Batalha, em Cacimbinha, Presidente Kennedy (litoral sul), a partir das 8h. O último seminário acontece no dia 4 de dezembro, em Vitória, no Museu Capixaba do Negro (Mucane), no Centro, a partir das 13h.

Os seminários são resultado de uma parceria entre a Sefaz, por meio do Programa Estadual de Educação Tributária (PEET), a Casa Civil, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), MPF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os Núcleos de Atendimento aos Contribuintes (NACs).



Índios Yanomami acampam em Caracaraí, RR, e moradores reclamam
SÍTIO GLOBO.COM, 03.11.2014

*Indígenas estão acampados há cerca de dois meses na Orla de Caracaraí.
Moradores alegam transtornos; Funai e prefeitura prestarão auxílio.*

Cerca de 20 índios Yanomami estão acampados há mais de dois meses em um local improvisado na Orla do município de Caracaraí, cidade localizada a 145 quilômetros de Boa Vista. Segundo moradores da cidade, os indígenas estão vivendo sem auxílio das autoridades e consomem grandes quantidades de bebida alcoólica, o que causa transtornos à população.

Os indígenas, conforme os moradores, chegaram sozinhos ao município no mês de agosto. "Eles vendem artesanatos e vassouras e, com o dinheiro arrecadado, compram álcool e acabam embriagados", disse um morador que preferiu não se identificar.

Ainda segundo ele, há crianças entre os Yanomami e a população da cidade teme se aproximar porque é comum que ocorram brigas entre o grupo. "Alguém tem que dar assistência, porque eles [indígenas] estão vivendo sozinhos e acabam assustando as pessoas. Além disso, a polícia não pode se aproximar, porque teme sofrer represálias. Estamos vivendo uma situação muito complicada", relatou.



Indígenas estão acampados na Orla de Caracaraí, cidade no Sul de Roraima (Foto: Arquivo pessoal)



Segundo relatos, entre os acampados há crianças (Foto: Arquivo pessoal)

Funai

Ao G1, a Fundação Nacional do Índio (Funai) comunicou que os indígenas que estão vivendo em Caracaraí são do próprio município e que não cabe somente à instituição prestar assistência a eles. "A prefeitura e o estado devem cuidar da saúde e da segurança deles. Isso não cabe à Funai", frisou João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Catalano também comunicou que deverá se reunir com as autoridades municipais para resolver a situação. "Não adianta levar os índios de volta para as comunidades. Já fizemos isso, mas eles retornaram à cidade. O que precisa ser feito é restringir a venda de bebida alcoólica para eles", encerrou.

Prefeitura

À reportagem, o prefeito de Caracaraí, Enildo Júnior, disse que deverá conversar com os vereadores para elaborar um Projeto de Lei que proíba os comerciantes de venderem álcool para os indígenas. "Estamos nos articulando para resolver esse impasse", disse.



Relatório da CNV terá recomendações sobre questão indígena

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 3.11.2014

Agência Brasil

Entre as 30 recomendações que integrarão o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), três abordarão a questão indígena, disse hoje (3) Maria Rita Kehl, membro da comissão. "Consegui que fossem aprovadas três [recomendações] que considero as mais importantes: a criação de uma comissão da verdade indígena para esta questão continuar; a desintrusão atual das terras indígenas e a homologação, tirando quem está ocupando e homologando [as terras]; e a recuperação ambiental das terras", falou ela.

O capítulo que aborda a questão indígena terá quase 60 páginas. O relatório, que já foi discutido pelos membros da CNV, será impresso e entregue à presidente Dilma Rousseff no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

"Os povos indígenas talvez tenham sido os mais afetados pela ditadura militar", ressaltou Maria Rita durante audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir a violência contra indígenas no regime militar. Segundo ela, a CNV estima que cerca de 8 mil índios sofreram algum tipo de violência na ditadura brasileira.

O número, no entanto, pode ser bem superior, destacou ela. "No relatório final estimamos, embora seja um número difícil de concluir, 8 mil índios afetados por políticas de Estado que passaram por cima dos direitos indígenas", disse ela, durante audiência organizada pela Comissão Estadual da Verdade, de São Paulo (CEV-SP).

"A projeção de 8 mil índios afetados por essa política é algo que não pode ser simplesmente desconsiderado. Foi uma política sistemática de desrespeito, desrespeitando culturas e o patrimônio constitutivo do país", disse Orlando Villas Boas Filho, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que participou hoje (3) da audiência pública.

Segundo Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, que contribuiu com a CNV no trabalho envolvendo a questão indígena, o número de índios atingidos pela violência do Estado "é muito maior", mas muito difícil de ser determinado. "O mais fundamental [do relatório] é se entender os mecanismos de violência que o Estado engendrou contra os indígenas", disse ele.

Essa violência, segundo Maria Rita, atingiu diversas etnias indígenas, tais como os guaranis kaiowás, os yanomamis, os pataxós e, principalmente, os suruí - único grupo indígena que recebeu anistia. "Os suruí, da região da floresta amazônica, talvez tenham sido os mais afetados [na ditadura]. Eles, que estavam na mata, isolados, foram escravizados pelo Exército.

CONT.



Tiveram que sair das aldeias, forçados. Eles não sabiam o que eram terroristas ou o que estava acontecendo, mas foram muito maltratados”, disse ela.

A violência contra os índios, explicou, foi motivada principalmente por causa da terra. “O Estado queria as terras deles”, disse ela. O tipo de violência variava entre agressões físicas, como ter os pés amarrados em troncos ou ficarem presos em presídios irregulares e improvisados, sob sol e chuva, até serem vítimas de bombas de napalm (incendiárias) jogadas nas tribos. “Outra forma de violência sutil, mas mais exterminadora, era a de não vacinar os funcionários encarregados das frentes de aproximação. Isso é uma omissão intencional, um descaso que mostra que quanto mais índios morressem, melhor”, destacou.

Para o presidente da CEV-SP, deputado federal Adriano Diogo, a intenção da comissão estadual, que será estendida até março do próximo ano, é continuar com os trabalhos que envolvem a investigação da questão indígena, mesmo após a entrega do relatório final da CNV. “A questão indígena [na ditadura] é pouco conhecida, pouco divulgada e muito proibida, porque a violência continua até hoje”, falou ele.

Para Zelic, o capítulo do relatório final da CNV, que trata sobre os índios, é apenas um “começo de conversa” com a sociedade. “Só demos os primeiros passos de apuração. O volume de crimes mapeados é inúmeras vezes maior [do] que o citado no relatório. Temos um conjunto documental de mais de 600 mil páginas levantadas, e chegamos a apenas 12% do material verificado”, disse ele.

Segundo Zelic, o relatório será importante, não para pedir a punição dos violadores dos direitos indígenas, mas, principalmente, para a reparação desses povos. “Mais do que a punição, que individualiza [o crime] e é importante para a não repetição [do ato], estão a reparação e a mudança de conduta do Estado”, enfatizou, acrescentando que, por reparação, ele entende principalmente a demarcação das terras indígenas.



Survival International lança nova estatística sobre o suicídio entre os indígenas Guarani Kaiowa

SÍTIO CEDEFES, 03.11.2014

Para marcar o 30º aniversário do assassinato do icônico líder Guarani Marçal de Souza Tupã-i, Survival International lançou novas estatísticas chocantes expondo a extensão da violência sofrida pela tribo Guarani no Brasil, nas mãos de pistoleiros.

De acordo com a ONG brasileira CIMI, a maioria dos índios assassinados no Brasil são Guarani. Em 2012, a taxa de assassinatos dos Guarani foi 4 vezes a taxa nacional de homicídios do Brasil – que já é uma das mais altas do mundo.

O líder Guarani Marçal liderou a luta dos Guarani para a sua terra e trouxe o sofrimento da tribo à atenção do Papa João Paulo II e das Nações Unidas. Ele foi morto em 25 de novembro de 1983 por um pistoleiro supostamente contratado por um fazendeiro local.

Antes de sua morte, Marçal disse, 'Eu sou uma pessoa marcada para morrer... Nós índios sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência.'

Os Guarani sofrem umas das maiores taxas de assassinatos e suicídios no Brasil. Nísio Gomes foi morto a tiros por pistoleiros em 2011.

30 anos depois, os Guarani continuam a ser vítimas de violência e ataques dirigidos por pistoleiros após tentativas da tribo de recuperar suas terras ancestrais, que foram roubadas para fazendas e plantações de cana de açúcar. Apesar de obrigações legais nacionais e internacionais, as terras não foram devolvidas aos índios.

Guarani que foram assassinados recentemente incluem o Celso Rodrigues, o líder Nísio Gomes e o adolescente Denilson Barbosa.

Rosalino Ortiz, um homem Guarani que liderou a retomada de parte da terra de sua comunidade Yvy Katu no mês passado, disse à Survival, 'É muito tenso aqui agora. Os fazendeiros são ricos e têm dinheiro para contratar pistoleiros para executar um massacre em Yvy Katu.'

Fazendeiros locais anunciaram que estão levantando mais dinheiro para ser usado contra as retomadas; os Guarani temem que esses fundos vão financiar 'milícias armadas', como o notório empresa de segurança Gaspem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Como resultado da violência e da perda de suas terras, a taxa de suicídio dos Guarani é 34 vezes a média nacional do Brasil. A mais recente vítima de suicídio foi Valmir Veron – filho de Marcos Veron, outro Guarani icônico que foi assassinado por pistoleiros em 2003.

O Diretor da Survival, Stephen Corry, disse hoje, 'Os líderes Guarani estão sendo assassinados um por um. Isso não é surpreendente, visto que as autoridades dizem que uma vaca vale mais que uma vida Guarani. Estas estatísticas são esmagadoras, mas não devemos esquecer que há uma solução muito simples: defender os direitos Guarani à sua terra ancestral. A economia do Brasil está prestes a receber uma injeção de \$RS 25 bilhões gastos por turistas para a Copa do Mundo. Será que uma parte desses ganhos vai ser usada para ajudar os primeiros povos do país?'

Nota para editores:

- A taxa nacional de homicídios no Brasil em 2012 foi de 25,8 por 100.000 (Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública). De acordo com o CIMI, 34 Guarani no Mato Grosso do Sul foram assassinados em 2012, de uma população de 31.000.

Fonte: <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/9760>



Comissão da Verdade pede recuperação de terras indígenas distribuídas pela ditadura
SÍTIO REDE BRASIL, 03.11.2014

Relatório final contará que pelo menos 8 mil índios foram vítimas do regime, escravizados ou dizimados durante as grandes obras do período desenvolvimentista, e pedirá investigação específica

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que será entregue à presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro, pedirá que o governo federal avance na homologação de terras indígenas e na recuperação ambiental de áreas que antigamente pertenciam a comunidades tradicionais, como forma de reparar os índios pelos crimes cometidos contra seu povo na ditadura civil-militar (1964-1985). O documento estima que o regime tenha afetado pelo menos 8 mil indígenas.

“Eles eram obrigados a trabalhar como escravos, eram presos em presídios irregulares e improvisados, ou eram vítimas de violências mais sistematizadas, quando, por exemplo, as políticas de Estado para ocupação e desenvolvimento da Amazônia arrasavam as terras indígenas. A forma de violência mais exterminadora era a opção por não vacinar os funcionários responsáveis pela aproximação com os indígenas, levando para eles uma série de doenças que acabavam com populações inteiras. Isso não foi por ignorância, foi por omissão”, critica a psicóloga Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade, que coordenou os relatórios sobre crimes indígenas e no campo.

Para tentar reparar esses casos de violência, o relatório final trará, entre suas 30 recomendações, três voltadas para os indígenas. A primeira delas pede que seja criada uma Comissão da Verdade Indígena para continuar a pesquisa. Foram coletadas nessa primeira etapa pelo menos 600 páginas de documentos e relatos apontando crimes contra os índios. O relatório também pede a devolução e a homologação de terras indígenas e a recuperação ambiental de áreas que viraram pasto ou plantações voltadas ao agronegócio.

“A ideia nos anos 1970 é que os índios atrasavam o progresso do país. Um sertanista da Funai (Fundação Nacional do Índio) chegou a dar uma entrevista para a revista Veja na década de 1970 dizendo que pediu demissão por não aguentar mais ver a dizimação de indígenas”, conta Maria Rita, que visitou seis aldeias indígenas em todas as regiões do país para colher depoimentos. “Os homens da aldeia indígena de Suruí (na Amazônia) foram escravizados pelo Exército para achar os chamados ‘terroristas’ da guerrilha do Araguaia. As mulheres e as crianças ficaram sem alimentação. É a única aldeia que recebeu anistia.”

O vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais do Estado de São Paulo, Marcelo Zelic, acredita que o número de 8 mil vítimas indígenas apontado no relatório é, na verdade, menor que o

CONT.



real. “É difícil contabilizar. A Justiça tem que, agora, caminhar para reparação e para mudança de conduta do Estado, mais do que para a punição, porque a reparação traz futuro. Nos indígenas a reparação se daria em direitos coletivos, propriedade de terra, demarcações e políticas para que você tenha possibilidade de desenvolver as etnias e não mais de confiná-las.”

“A história dos índios na ditadura é pouco conhecida, pouco divulgada e há crimes que continuam até hoje. Em muitos estados, os índios são perseguidos pelo agronegócio”, afirma o deputado estadual de São Paulo, Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual da Verdade. Ele pede que o governo federal reconheça a necessidade de continuar os trabalhos da comissão nacional, fazendo do grupo um órgão permanente, acoplado ao Ministério da Justiça ou à Secretaria Especial de Direitos Humanos. “Tem gente saindo na rua pedindo a volta da ditadura. Isso mostra uma falha da comissão durante seu trabalho, de não ter divulgado exatamente o que aconteceu nesse período.”



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Cultura wajãpi é registrada em edição especial de selo dos Correios

SÍTIO GLOBO.COM, 03.11.2014

*Imagem escolhida retrata arte do povo indígena que vive no Amapá.
Selos com edição especial vão circular em todo território nacional.*



Selo e carimbo que retratam arte dos índios Wajãpi
(Foto: Cassio Albuquerque/G1)



Japu Wajãpi representou a tribo no lançamento do selo
(Foto: Cassio Albuquerque/G1)

A partir desta terça-feira (4) agências dos Correios de todo país terão o selo especial e o carimbo que retratam a cultura dos índios kusiwa wajãpi, que vivem em uma área de proteção ambiental próxima ao município de Pedra Branca do Amapari, distante 183 quilômetros de Macapá. A cerimônia de lançamento ocorreu nesta segunda-feira (3) na capital amapaense e na sede dos Correios, em Brasília.

A escolha do tema ocorreu durante o programa anual de emissão de selos, promovido pelos Correios no primeiro semestre de 2014. Segundo o assessor técnico do órgão, Benedito Vieira, o registro da arte indígena concorreu com milhares de sugestões que foram feitas pela população. Uma comissão em Brasília escolheu o tema vencedor.

"Não é a primeira vez que o Amapá é destaque nesse concurso. Em 2013, o Marco Zero do Equador foi escolhido para fazer parte dos selos especiais. Qualquer um pode escolher esse novo selo durante um serviço. Vale ressaltar que é uma edição limitada e pode ser um item para colecionadores", informou.

A imagem do selo é assinada pela índia Katirina Wajãpi e foi cedida pelo Conselho das Aldeias Wajãpi Apina através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ela mostra a grafia dos nativos que reproduz o modo de conhecer, conceber e agir sobre o universo.

O representante da aldeia, Japu Wajãpi, disse que a arte indígena, que pode estar expressa em objetos em cerâmica, nas habitações e no corpo é uma forma de retratar a natureza.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

"Temos uma pintura distinta para cada um de nós. Essa nossa arte é uma forma da gente se comunicar entre nós e com o espiritual. Fico feliz em ver que nossa cultura está sendo reconhecida", disse orgulhoso.

A tiragem de 600 mil unidades será vendida por R\$ 1,30 cada. Os selos podem ser adquiridos também na loja virtual dos Correios e na central de vendas à distância do órgão.

Projeto em escola indígena de RO concorre a prêmio em Brasília, DF

SÍTIO GLOBO.COM, 03.11.2014

Projeto concorre ao Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos. Cerimônia de premiação será dia 24 de novembro em Brasília (DF).



Joaton lecionando a disciplina da língua materna
(Foto: Magda Oliveira/G1)

Professores da Escola Indígena Sertanista José do Carmo de Cacoal (RO), município distante cerca de 480 quilômetros de Porto Velho, estão concorrendo ao Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, promovido pelo Ministério da Educação. O projeto "Construção e Normatização da Língua Paiter Suruí" concorreu com mais 200 trabalhos e agora está entre os três finalistas do Brasil e o único representante da Região Norte.

O idioma é comum em aldeias indígenas de Rondônia e parte do Mato Grosso. O som anasalado das palavras é passado de geração a geração em lendas, teorias e lições. A diferença em Rondônia é que a iniciativa de professores fez com que a língua paiter suruí passasse por uma construção e normatização. Há quatro anos, apesar dos sons complicados, as palavras já podem ser lidas e escritas de forma correta.

O professor e um dos finalistas do prêmio Joaton Suruí lembra que o primeiro livro foi produzido em 2010. "O primeiro conta histórias e lendas do nosso povo. O segundo foi em 2011, que traz o calendário dos paiter e o terceiro foi lançado em 2014 que traz o corpo humano", contou.

Dentro da aldeia Gapgir, onde moram cerca de 250 indígenas, os pequenos em idade escolar assistem aula de língua materna duas vezes por semana. Com o projeto, os indígenas conseguiram publicar três livros que são bilíngues e o quarto livro já está pré-finalizado e trará nomes de plantas e animais na linguagem paiter e português, línguas que os alunos aprendem ao mesmo tempo em sala de aula.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Flávia Suruí, de 24 anos, está cursando o 1º ano e acompanha as aulas de língua materna ministradas pelo professor Joaton. Ela conta que quando criança a primeira língua que aprendeu foi a paiter, porém a escrita não era trabalhada. "Valorizo muito as aulas que ensinam a nossa língua. Com as aulas, além de ensinar a escrita também estamos aprendendo falar de forma correta, pois tinham muitas palavras que pronunciávamos de forma incorreta", afirmou.

O cacique Joaquim Suruí, aprovou a aplicação do projeto dentro da aldeia. Para ele a valorização da cultura, vivência e costume do povo Suruí, precisa ser valorizado e eternizado. "Dentro da aldeia o português é ensinado como uma língua secundária, quando criança nós ensinamos a elas a nossa língua e dentro da aldeia sempre buscamos falar em Paiter. Com a normatização da escrita não iremos correr o risco da nossa forma de fala e escrita ser esquecida", ressaltou o cacique.

Para Joaton o objetivo de ensinar os mais novos a falar e escrever de forma correta a língua paiter suruí, é uma maneira de não deixar que a cultura de um povo se perca. "A nossa escrita tem para nós o mesmo valor da escrita em português. Antes nossos indígenas sabiam apenas falar nossa língua, agora estamos com outra realidade. A nossa cultura está sendo imposta para o nosso povo e para o mundo", disse o professor.

Os concorrentes só saberão o vencedor durante uma cerimônia que será realizada no dia 24 de novembro, em Brasília (DF). Caso ganhem, a premiação será de R\$ 15 mil, o dinheiro já tem destino certo, servirá para publicação do quarto livro.



Três livros já foram publicados com a linguagem
(Foto: Magda Oliveira/G1)

Comunidade quilombola de Igreja Nova é retratada em cartões-postais

SÍTIO AQUI ACONTECE, 03.11.2014



São trinta e duas imagens selecionadas pela equipe realizadora do projeto

Estão em circulação por várias partes do Brasil e outros países os cartões-postais da terceira edição do projeto Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas. O conjunto de postais, distribuídos gratuitamente, é resultado das oficinas de fotografia digital realizadas com adolescentes das comunidades de Bom Despacho (Passo do Camaragibe), Palmeira dos Negros (Igreja Nova), Cajá dos Negros (Batalha) e Sabalangá (Viçosa).

As imagens - trinta e duas ao todo - selecionadas pela equipe realizadora do projeto, apresentam aspectos culturais, sociais e econômicos das comunidades quilombolas que estão situadas nas regiões do Litoral, Sertão, Baixo São Francisco e Zona da Mata no Estado.

Para que o conjunto de postais contemplasse toda a riqueza presente no cotidiano e na história das comunidades, a seleção foi realizada priorizando iconografias que retratam os folguedos tradicionais, artes manuais, religiosidade, culinária, agricultura, patrimônios coletivos, características da fauna e flora, e as pessoas, elemento chave que consolida a identidade quilombola alagoana na atualidade.

Durante seis meses, a equipe do projeto percorreu os quatro municípios e promoveu oficinas de fotografia para cerca de cem adolescentes de idades variadas, a maioria fazendo o contato com a máquina digital pela primeira vez. Nas comunidades, a chegada do projeto foi encarada como uma grande oportunidade de apresentar os aspectos positivos das localidades.

Entre vários fatores decisivos para o sucesso das atividades, vale destacar o empenho dos participantes, à participação de lideranças comunitárias e dos colaboradores dos municípios, que se empenharam para ajudar, tanto nas oficinas, quanto na montagem das mostras locais. Os resultados foram totalmente positivos e o impacto atingiu praticamente toda a população residente nas comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Interessados em adquirir os postais podem entrar contato através do email atitudeideias@gmail.com ou obtê-los durante a exposição que estará em cartaz no espaço cultural da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), localizada no Centro de Maceió. Informações sobre as etapas do projeto: www.retratonordeste.com.

por Redação com Assessoria



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Saúde indígena será tema de debate na quinta-feira

SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 03.11.2014

A Comissão de Seguridade Social e Família promoverá audiência pública na próxima quinta-feira (6), às 9h30, sobre saúde indígena. O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que propôs o debate, ressalta que pouco se sabe a respeito do assunto, devido à precariedade das pesquisas e dos sistemas de informações sobre morbidade e mortalidade. "É fundamental aprimorar as fontes de dados, como os censos decenais", defende.

Resende ressalta a existência de aproximadamente 220 etnias, falando cerca de 180 línguas. "Qualquer discussão sobre a saúde dos povos indígenas precisa levar em consideração, além das dinâmicas epidemiológica e demográfica, a enorme sociodiversidade existente", diz.

Foram convidados:

- o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza;
- o coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Antonio Marcos Apurinã;
- o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Rildo Mendes;
- o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan), Ramão Vieira de Souza Terena.

O debate será realizado no plenário 7.

Da Redação - DC



Índios americanos estão prestes a explorar seus próprios poços de petróleo

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.11.2014

Os Mandan, Hidatsa e Arikara, etnias indígenas da América do norte, planejam perfurar seus primeiros poços de petróleo na reserva Dakota do Norte no próximo ano. Os mais de 1.300 poços em atividade na reserva indígena produzem cerca de um terço da produção diária de Dakota do Norte, nos Estados Unidos, mas as tribos recebem apenas uma fração do dinheiro gerado por meio de royalties e um acordo de partilha fiscal com o Estado. É por isso que os quatro novos poços serão importantes, diz o cacique Ken Hall: "A nação terá 82% do dinheiro gerado por eles".

Os poços serão construídos nos arredores da pequena cidade de reserva Mandaree. Dois estão no Bakken - a formação que tem impulsionado o recente boom do petróleo da Dakota do Norte. Os outros dois poços ficarão na formação Three Forks, que se encontra abaixo da Bakken.

CEO da empresa, Dave Williams disse que espera começar a perfurar em fevereiro. Ele disse que o lucro da Missouri River Resources será compartilhado com os caciques das tribos.

Além de seus planos de perfuração, Hall e Williams dizem que esperam iniciar um programa de desenvolvimento da força de trabalho indígena. Os dois pretendem atrair nativos americanos de todo o país querendo trabalhar em petróleo e gás. O projeto ainda está em fase de desenvolvimento, mas Williams disse que eles esperam para quebrar a terra em algum momento do próximo ano.

"Nós só queremos que índios americanos tenham a capacidade ou a opção de viver bem", dizem.



Estudante indígena recebe menção honrosa por trabalho de iniciação científica

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 03.11.2014

A estudante de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, Marilene Koge, recebeu menção honrosa pelo trabalho de iniciação científica "Olhares antropológicos sobre as mulheres Boé-Bororo", orientado pela professora Paula Faustino Sampaio. A estudante é da etnia bororo, clã EÄ?erae e faz parte do Programa de Inclusão Indígena (Proind).

A menção honrosa foi conferida pela Pró-Reitoria de Pesquisa (Propeq) da UFMT no âmbito do Prêmio de Pesquisa 2014, na modalidade "Estudante de Iniciação Científica".

Juntamente com Marilene, mais 14 alunos receberam menção honrosa. Dentre os 15 alunos, cinco são de Cuiabá, cinco de Sinop, três de Rondonópolis e uma de Várzea Grande.

O Proind integra as políticas de ação afirmativa da UFMT e é voltado ao acesso e permanência plena dos povos indígenas de Mato Grosso no ensino superior. O programa, desenvolvido junto à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Prae) completa sete anos e passa por sua primeira avaliação. "A menção honrosa da estudante, somada aos nove estudantes indígenas que se formarão em 2014/2, é relevante neste momento", considera a pró-reitora de Assistência Estudantil, Myrian Serra.

Cuidar de índios não cabe à Funai, diz responsável pela Fundação em Roraima
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.11.2014



Grande Rei Yanomami, Davi Kopenawa, comemora desocupação de sua terra enquanto parte dos seus súditos foge dela em busca de um vida melhor - Foto: Maria Vilela, Funai.

Cerca de 20 índios yanomami vivem acampados há mais de dois meses no município de Caracaraí, em Roraima. Segundo moradores da cidade, os indígenas não recebem qualquer assistência do poder público e consomem grandes quantidades de bebida alcóolica. O coordenador da Funai na região, João Catalano, diz que cuidar dos índios não atribuição da fundação.

A Funai diz que o grupo que está vivendo em Caracaraí é do próprio município e que não cabe à instituição prestar assistência a eles. "A Prefeitura e o estado devem cuidar da saúde e da segurança deles. Isso não cabe à Funai", diz João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY).

Catalano também diz que se reunirá com as autoridades municipais para empurrar o problema para eles. "Não adianta levar os índios de volta para as comunidades. Já fizemos isso, mas eles retornaram à cidade. O que precisa ser feito é restringir a venda de bebida alcóolica para eles", encerrou.

De acordo com moradores, os indígenas chegaram sozinhos ao município no mês de agosto. "Eles vendem artesanatos e vassouras, e com o dinheiro arrecadado, compram álcool e acabam embriagados", disse um morador que preferiu não se identificar. Segundo ele, há crianças entre os índios e a população da cidade teme se aproximar porque é comum que ocorram brigas entre o grupo.

"Alguém tem que dar assistência, porque eles [indígenas] estão vivendo sozinhos e acabam assustando as pessoas. Além disso, a polícia não pode se aproximar, porque teme sofrer represálias. Estamos vivendo uma situação muito complicada", relatou.

Ministra Luiza Bairros visita comunidades Quilombolas no Tocantins e faz palestra em Araguaína

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 03.11.2014



Ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros,
visita Araguaína.

A ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, visita quatro Comunidades Quilombolas na região Norte do Tocantins, no dia sete de novembro. Ainda está na agenda da ministra uma palestra a ser realizada no auditório do Senai de Araguaína, às 19 horas.

Segundo previsto na agenda, no período da manhã a ministra visita primeiramente a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia. Em seguida Cocalinho no Município de Santa Fé e Baviera, no Município de Aragominas. Ela ainda visita a Comunidade Quilombola de Pé do Morro, também em Aragominas.

O encerramento da programação acontece no período noturno na cidade de Araguaína (TO). A ministra Luiza Bairros faz uma palestra no auditório do Senai, às 19 horas para representantes das comunidades Quilombolas e professores da rede pública de Araguaína. Além de docentes e discentes do campus de Araguaína da UFT e alunos do IFTO.

A palestra é organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos afro-brasileiros (NEAF/UFT) e pela Associação Negra Cor de Araguaína (ANCA). O Tocantins possui atualmente 28 Comunidades Quilombolas reconhecidas.



Aprovados novos cursos em escola indígena da Região Celeiro

SÍTIO CLIC PORTELA, 03.11.2014

O Conselho Estadual de Educação aprovou o credenciamento do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel. A escola, localizada em São Valério do Sul, oferecerá o Curso Normal em Aproveitamento de Estudos e Complementação de Estudos, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio. A instituição será a primeira a oferecer regularmente o Curso Normal na modalidade Educação Indígena no Rio Grande do Sul.

Os cursos acontecerão em regime de alternância regular de períodos de estudo, quando o aluno tem um período intensivo de estudos na escola intercalado com períodos na comunidade. Este sistema permite a formação em serviço dos professores indígenas que ainda não possuem a habilitação específica em magistério indígena.



No Acre, indígena consegue na Justiça retificar registro e mudar de nome
SÍTIO AMAZÔNIA, 03.11.2014

O juiz da Vara de Registros Públicos do Fórum Barão do Rio Branco, Marcelo Badaró Soares, proferiu sentença retificando o nome no registro de nascimento de José Carmélio Alberto Nunes Ninawa que passa a se chamar Inu Pereira Nunes Huni Kui. O caso é raro e é o primeiro da etnia Huni Kui, que no Acre tem cerca de 10 mil índios.

O pedido feito há um ano e meio à Justiça do Acre pelo próprio indígena através da Defensoria Pública do Estado tem como base a resolução conjunta Nº 03 de 19 de abril de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais, que diz, entre outras coisas, que "no assento de nascimento do indígena, integrado ou não, deve ser lançado, a pedido do apresentante, o nome indígena do registrando, de sua livre escolha.

No caso de registro de indígena, a etnia do registrando pode ser lançada como sobrenome, a pedido do interessado. A pedido do interessado, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informação a respeito das respectivas naturalidades, juntamente com o município de nascimento.

A pedido do interessado, poderão figurar, como observações do assento de nascimento, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia".

Inu Pereira Nunes Huni Kui, é presidente da federação de sua etnia no Acre. Natural de Feijó, ele foi registrado ainda criança por missionários com o nome de José Carmélio Alberto Nunes Ninawa.

"Fui registrado na época das missões com o nome em português e agora tive essa oportunidade de mudar o meu nome para o nome do meu povo", diz ele, que antes mesmo de ter conseguido mudar seu nome na Justiça já se apresentava como Ninawa Huni Kui.

Fonte : Site AC 24 horas



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Presença indígena e quilombola no ensino superior é tema de Seminário na Uesb
SÍTIO BAHIA NA POLÍTICA, 03.11.2014

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) promoveu, hoje (3), o seminário "A presença indígena e quilombola no ensino superior da Bahia", uma oportunidade onde foram discutidas as questões afirmativas e cotas adicionais para quilombolas e indígenas na Bahia e no Brasil.

O evento marcou o lançamento da Uesb enquanto órgão integrante da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. O seminário realizado na manhã de hoje faz parte de uma série de quatro outros eventos de preparação para o 1º Encontro Estadual de Estudantes Indígenas e Quilombolas da Bahia, previsto para o próximo ano.



Menos transparentes, ações para quilombolas já receberam R\$ 48,5 milhões
SÍTIO CONTAS ABERTAS, 03.11.2014

O governo federal possui, atualmente, cinco ações com iniciativas dedicadas à promoção da população e das comunidades quilombolas. Ao todo, elas somam orçamento de R\$ 65 milhões e a execução está acima da média. Passados quase dez meses do ano, R\$ 48,5 milhões já foram empregados, o equivalente a 74,6%. Do valor total, R\$ 30,7 milhões foram pagos como restos a pagar, ou seja, decorrentes de compromissos assumidos em orçamentos de anos anteriores.

Apesar da melhora na execução, o Tribunal de Contas da União identificou menor transparência orçamentária em relação aos quilombolas. Em relatório produzido por auditores da Corte, as leis orçamentárias anuais dos últimos cinco anos foram examinadas e foi identificada tendência de aglutinação das ações e de extinção de outras sob o espectro de promoção das comunidades remanescentes.

Em 2012, o Tribunal localizou nove ações às quais eram destinadas recursos orçamentários para desenvolvimento do Programa Brasil Quilombola (PBQ), atualmente um "programa fantasia", pois não possui mais equivalência orçamentária, apenas ações dispersas. Houve redução da quantidade de iniciativas e, em 2013, apenas três delas e mais duas novas rubricas ainda eram executadas.

As ações nos últimos dois anos tiveram orçamento previsto de R\$ 147,1 milhões, dos quais R\$ 30,2 milhões contingenciados. A aplicação efetiva foi de R\$ 62,3 milhões (42,3%). O relatório explica que, se considerada a parcela contingenciada, a média de execução atinge cerca de 57%.

Segundo o relatório, para alcance dos objetivos do PBQ, foi implementada a Agenda Social Quilombola (ASQ), que compreende as iniciativas voltadas para acesso à terra, à infraestrutura e qualidade de vida, além de inclusão produtiva, desenvolvimento local e acesso à cidadania.

A segunda crítica do relatório abarca o programa e a agenda. Para o Tribunal, é preciso aprimoramento das ações quanto à divulgação dos dados relativos à execução orçamentária no âmbito da Agenda e do PPA 2012-2012, além da adoção de mecanismo que permita atuação conjunta das partes envolvidas, isto é, as unidades orçamentárias responsáveis pela execução e o Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola.

Se tais recomendações forem cumpridas, de acordo com a Corte, elas contribuirão para maior transparência das iniciativas do programa e fortalecerão os canais de comunicação dos agentes envolvidos.

CONT.



Iniciativas com maior aporte orçamentário

A ação "Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas", sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como meta indenizar benfeitorias em terras dos ocupantes de imóveis em áreas quilombolas já reconhecidas. Para ela, foi destinada, neste ano, a maior parcela de recursos dentre as iniciativas do PBQ. No orçamento da União estavam previstos R\$ 25 milhões, mas o desembolso global, até dia 18 deste mês, foi de R\$ 40,5 milhões. O valor é superior ao total orçado por conta dos restos a pagar, isto é, orçamentos de anos anteriores não executados e pagos no atual exercício.

Em seguida, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), existe dotação orçamentária de R\$ 12,8 milhões para fomento ao desenvolvimento local das comunidades remanescentes de quilombos e outras populações tradicionais. Entretanto, até agora, apenas R\$ 1,8 milhão foi realmente pago, incluindo os restos a pagar. O valor equivale a 14,2% do previsto.

A Seppir informou que as razões da execução estarem baixas comparadas à dotação inicial é o contingenciamento. O limite de empenho estabelecido para custear despesas correntes e investimentos foi de R\$ 4,2 milhões para programação originária e R\$ 850 mil para emendas parlamentares. Desta forma, os recursos disponíveis somam aproximadamente R\$ 5,1 milhões.

Em terceiro lugar, também com execução realizada pelo MDA, está a iniciativa de assistência técnica e extensão rural para comunidades quilombolas. Para tanto, R\$ 8,5 milhões foram dotados, mas sequer um real foi gasto no período.

O MDA informou que dos R\$ 8,5 milhões destinados para iniciativa de assistência técnica e extensão rural das comunidades quilombolas, R\$ 3,1 milhões foram empenhados. O órgão aguarda a execução dos serviços para efetuar o pagamento.

Monitoramento das comunidades e população quilombola

Para divulgação dos resultados obtidos com as iniciativas aplicadas às comunidades remanescentes, a ASQ utiliza indicadores de desempenho, levantados pela Seppir. Dos dados divulgados pela Secretaria, no último monitoramento da ASQ sobre as ações do programa em questão, de julho de 2012, consta que há cerca de 214 mil famílias quilombolas no Brasil, o que significa aproximadamente 1,17 milhão de pessoas.

Até a data em referência, haviam 1.948 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente, sendo que 1.834 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Entretanto, passados mais de dois anos, a Fundação reconheceu diversos outros territórios, chegando a 2.433 comunidades. De acordo com a FCP, a previsão é de que até dezembro esse dado ultrapasse o número de 2.500 quilombos. Só a partir do reconhecimento que as famílias e as comunidades passam a ter acesso aos direitos garantidos pelo governo federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Além disso, o último monitoramento mostrou que: 63% das comunidades estão localizadas na região Nordeste; 75,6% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza; 23,5% dos quilombolas não sabem ler e suas principais atividades produtivas são a agricultura, o extrativismo e a pesca artesanal.

Em relação aos domicílios quilombolas, 78,4% possuem energia elétrica, 62% não possuem água canalizada, 76% não possuem saneamento adequado (28% possuem esgoto a céu aberto e 48% fossa rudimentar) e 58% queimam ou enterram o lixo no próprio território.



Índios ocupam área onde seria construído condomínio em Guaíra

SÍTIO GAZETA DO POVO, 04.11.2014

Ao menos 50 indígenas ocuparam o local na manhã desta terça-feira (4) após máquinas derrubarem árvores para iniciar as obras

Um grupo de aproximadamente 50 índios da aldeia Tekoha Y´Hovy, em Guaíra, no Oeste, ocupou na manhã desta terça-feira (4) uma área de terra para impedir que o local se transforme em um condomínio residencial.

De acordo com informações da Polícia Militar, o proprietário da área entrou em contato pela manhã pedindo auxílio para fazer imagens fotográficas da invasão para entrar com um pedido de reintegração de posse. A área fica no perímetro urbano da cidade e faz divisa com a aldeia.

O cacique Ilson soares disse que outras famílias chegarão ao local ao longo do dia e afirmou que a área, com aproximadamente um alqueire, faz parte da reserva indígena. Segundo ele, foi encaminhado documentos ao Ministério Público para que houvesse a revisão da área com pedido de incorporação à aldeia, mas ontem máquinas começaram a derrubar árvores e abrir uma clareira no local.

Inconformados, os indígenas decidiram promover a ocupação e prometem resistir no local. "Vamos defender essa mata com a vida se for necessário", diz o cacique. Ele afirma que não vão permitir que o local se transforme em um condomínio residencial. Policiais militares de Guaíra e do Batalhão de Fronteira estão no local devido ao clima de tensão na área.



Distrito indígena recebe 16 veículos

SÍTIO JORNAL DA PARAÍBA, 04.11.2014

Ojetivo é facilitar o contato dos indígenas com profissionais de saúde, além de transportes de medicamentos.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara, com sede em João Pessoa , recebe hoje uma nova frota de veículos, reforçando o transporte da Saúde Indígena na Paraíba. A entrega dos novos veículos está marcada para as 8h, na aldeia Forte, no Polo Base Daniel Santana, município de Baía da Traição. O evento contará com a presença do secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza.

A nova frota é composta por 13 caminhonetes, dois carros de passeio e um micro-ônibus, um investimento total de R\$ 1.690.536,00. Segundo o capitão potiguara, o objetivo é facilitar o contato dos indígenas com profissionais de saúde e saneamento, além de transportes de medicamentos e insumos.

“Não são os primeiros veículos da nossa frota, mas a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde avaliou que precisávamos de mais carros nessa região”, explicou. A frota atual de transporte do DSEI possui 27 veículos com mais da metade desse total com fabricação anterior ou até o ano de 2010. Eles atendem uma população superior a 15,9 mil indígenas nos três municípios Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação.



Sensacionalismo preocupa mulheres indígenas

SÍTIO FATO NEWS, 04.11.2014

As mulheres da Reserva Indígena de Dourados também reclamam da desinformação publicada em setores sensacionalistas da mídia a respeito da convivência entre a comunidade indígena. Algumas notícias, para o espanto da comunidade indígena, chegam a afirmar que estupros coletivos são costumeiros nas aldeias.

“Nós mulheres indígenas temos lutado com as famílias, com os grupos tradicionais dizendo que isso não é da cultura indígena, a gente tem tentado colocar na cabeça das mulheres, dos pais, das crianças, que isso não é cultural, isso é um abuso, isso é um crime e a gente na nossa cultura tradicional tem lutado para tirar isso fora e nós já estamos cansados dessa impunidade aqui dentro por causa da droga e da bebida”, disse a indígena Jussara Marques.

Fonte: O Progresso



Seminários debatem formalização de produtores rurais quilombolas

SÍTIO CEDEFES, 04.11.2014

Mutirão é resultado de recomendação do MPF à Sefaz, após constatar dificuldades de subsistência nas comunidades do Estado

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) organizará, entre os meses de novembro e dezembro, cinco seminários temáticos destinados aos produtores rurais quilombolas. O mutirão é realizado por conta de uma recomendação enviada à Sefaz pelo Ministério Público Federal (MPF) em São Mateus, pela procuradora Walquiria Imamura Picoli.

Desde maio deste ano, com a publicação do Decreto 3581-R, o Espírito Santo pode conceder inscrição estadual para produtores rurais indígenas e quilombolas. As comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares reivindicam há anos o cadastramento rural. A realização dos mutirões é imprescindível para inserir os quilombolas no cadastro de produtor rural e dar eficácia ao decreto estadual, uma vez que as comunidades quilombolas encontram-se em situação de grave vulnerabilidade econômica e social, fator que dificulta a obtenção da documentação necessária, bem como a locomoção de seus membros, como considera a procuradora.

Nas ações, a Sefaz também deverá emitir o bloco de notas do produtor e prestar informações a respeito dos direitos e deveres dos emitentes de nota fiscal. Além de orientar os quilombolas sobre deveres e direitos fiscais e tributários, os seminários vão abordar a titulação das comunidades em território capixaba. No Estado, oito comunidades quilombolas estão em processo de titulação, que já leva anos. Ainda não existe comunidade quilombola titulada no Espírito Santo.

De acordo com o órgão, as comunidades quilombolas denunciam que enfrentam diversos obstáculos para ter acesso a programas federais de auxílio, fomento e crédito à atividade rural, em virtude de não possuírem bloco de nota fiscal do produtor rural, mesmo existindo um decreto estadual revogando a exigência do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Os quilombolas não têm acesso ao CCIR porque não possuem a titulação definitiva de suas terras e, por esse motivo, o Decreto Estadual nº 3581-R revoga a necessidade de apresentar o CCIR para inserção no cadastro de produtor rural, justamente para que o produtor da comunidade tradicional quilombola possa se inscrever no cadastro.

No norte do Estado, a situação dos quilombolas é especialmente precarizada pela lentidão nos processos que visam a recuperar os territórios usurpados pela Aracruz Celulose (Fibria), por usinas de cana-de-açúcar e álcool, e grandes fazendeiros. Sem o reconhecimento da terra como tradicionalmente quilombolas, as comunidades enfrentam dificuldades para sobreviver.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Na região, onde antes havia fartura e preservação ambiental, predomina o cenário de miséria e destruição.

O primeiro seminário acontecerá no dia 18 de novembro, entre as 13h e as 17h, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) quilombola de Santana, em Conceição da Barra (norte do Estado). No dia 19, das 8h ao meio-dia, o seminário será realizado no CRAS quilombola Morro do Arara, em São Mateus (norte do Estado).

No dia 25 de novembro, das 13h às 17h, o seminário será realizado no restaurante Cozinha da Senzala, na comunidade de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (sul do Estado). No dia 26, o seminário acontece na escola Orci Batalha, em Cacimbinha, Presidente Kennedy (litoral sul), a partir das 8h. O último seminário acontece no dia 4 de dezembro, em Vitória, no Museu Capixaba do Negro (Mucane), no Centro, a partir das 13h.

Os seminários são resultado de uma parceria entre a Sefaz, por meio do Programa Estadual de Educação Tributária (PEET), a Casa Civil, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), MPF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os Núcleos de Atendimento aos Contribuintes (NACs).

Fonte: Any Cometti, Século Diário



PR – A pedido do MPF, Justiça federal suspende reintegração de posse contra indígenas de Tekoha Porã

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.11.2014

PGR – MPF

A Justiça Federal no Paraná suspendeu ação de reintegração de posse em desfavor da comunidade indígena da Tekoha Porã, em Guaíra, oeste do Paraná. A decisão, do dia 27 de outubro, segue entendimento do Ministério Público Federal (MPF).

Na ação, fazendeiro da região pedia o cumprimento imediato da medida liminar de reintegração de posse, alegando que o processo de desocupação da área já tinha sido transitado em julgado e o acordo homologado. Mas, segundo o juiz, a alegação não favorece o fazendeiro, já que o processo foi extinto sem resolução do mérito.

Em parecer, o MPF alertou que o atual processo trata de nova ocupação, ocorrida em 2012. Mas a ocupação objeto do processo anterior teria ocorrido em 2007, portanto, as duas ações são distintas. O juiz considerou ainda que, por ser uma “medida complexa”, não pode ser efetivada “da noite para o dia”, e que existem meios alternativos para a resolução do conflito como a realocação do grupo indígena para outra área que venha a ser demarcada pelo Poder Público [SIC].

Na decisão, o juiz determinou a suspensão das ações de reintegração até que a Fundação Nacional do Índio (Funai) termine o estudo de demarcação da área. “Como está próximo o encerramento do prazo para a apresentação do relatório final do referido estudo, entendo que o sobrestamento do feito merece ser mantido”, destaca a decisão.

Tekoha Porã – A aldeia Tekoha Porã fica na área urbana de Guaíra. Estima-se que os indígenas ocupem o local há mais de 30 anos. Na região ainda há outras 12 comunidades indígenas.

Processo nº 5000246-37.2012.404.7017/PR – 1ª Vara Federal de Guaíra- Paraná

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria Geral da República



Arte indígena do Amapá estampa selo dos Correios

SÍTIO RÁDIOS EBC, 04.11.2014

As figuras Kusiwa, arte indígena da etnia Wajãpi, vão ficar em circulação até o final de 2017

A obra, de autoria da índia Katirina Wajãpi, foi escolhida para integrar o Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais de 2014. O lançamento aconteceu nessa segunda-feira (3), na sede do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), em Brasília. Os selos vão ficar em circulação até o final de 2017 e a tiragem é de 600 mil unidades.

A assessora da vice-presidência dos Correios, Maria de Lourdes Torres, diz que o programa é uma oportunidade de divulgar a arte indígenas Kusiwa para todo o mundo.

Os padrões da arte Kusiwa estão carregados de significados e simbolismo. As figuras constituem um sistema de comunicação e uma linguagem gráfica que remetem à cosmologia e à visão de mundo dos Wajãpi.

Célia Corsino, diretora de Patrimônio Imaterial do Iphan, explica que a importância da pintura para este grupo indígena vai além da arte pela arte.

A arte Kusiwa é considerada Patrimônio Cultural do Brasil, desde 2002, e obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco, desde 2003.

Os Wajãpi, do Amapá, constituem um grupo remanescente de um povo que já foi composto por cerca de 6 mil pessoas, no começo do século XIX. A terra onde vivem os indígenas foi demarcada e homologada em 1996 e é uma área preservada onde vivem cerca de 1.100 indígenas, em 48 aldeias.

Também é destaque do Jornal da Amazônia 1ª Edição desta terça-feira (04):

- Aumenta o número de casos de câncer de pele nos trabalhadores rurais de Santarém (PA).
- Será realizado, em Belém (PA), o 20º Congresso Brasileiro de Apicultura. Um dos assuntos que será debatido no evento é o desaparecimento das abelhas no planeta.

O Jornal da Amazônia 1ª Edição vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h45, na Rádio Nacional da Amazônia, uma emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).



Consumo e tráfico de drogas infestam aldeias do Acre e podem derrubar coordenadora da Funai na região

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 04.11.2014

O Ministério Público Federal do Amazonas ingressou uma ação civil pública contra a coordenadora da Funai no Acre, Maria Evanizia Nascimento dos Santos por improbidade administrativa. Ela é acusada de usar omissão diante de uma investigação sobre o consumo e o tráfico de drogas em aldeias indígenas da região.

Desde 2012, o MPF investiga a entrada de entorpecente em terras indígenas nos municípios do Acre e sul do Amazonas. Dados preliminares apontam que nas aldeias Castanheira, Kassiri, Maripuí e Jagunço, em Pauini, e aldeia Camicuã, em Boca do Acre, existe o plantio sistemático de maconha e o tráfico de drogas é constante.

Durante as investigações, os procuradores de Justiça enviaram ofícios para a coordenadora da Funai no Acre, pedindo explicações e quais as providências estavam sendo tomadas para conter o plantio do entorpecente nas aldeias. Como a resposta foi o silêncio, o MPF tomou uma medida extrema.

Os procuradores só conseguiram respostas da coordenadora regional da Funai, Maria Evanizia dos Santos, depois que a Justiça do Amazonas determinou que ela respondesse os ofícios fixando multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

“Respondemos aos ofícios. Só não seguimos o tempo em que os procuradores queriam. Tínhamos outros problemas urgentes na Funai. Hoje eles têm todas as informações”, relatou Santos ao portal acriano A Gazeta.

Ao todo, o Ministério Público enviou 4 ofícios: o primeiro em novembro de 2011 e o último em julho de 2012. Como tinha se passado mais de um ano, os procuradores ingressaram com a ação de improbidade administrativa, que pode tirar Evanizia do cargo.

A coordenadora explicou que a Funai não tem o poder de investigação. O que ela sabe sobre drogas nas aldeias chegou através de informações de algumas lideranças.

Evanizia assume que o consumo de drogas entre os indígenas da região já virou um problema de saúde pública e tem alterado a organização social nas comunidades indígenas. A relatos de uma liderança da Aldeia Camicuã que pode ter morrido de overdose. O crack, uma das drogas mais devastadoras das áreas urbanas, agora, é comum entre os indígenas.

Em Sena Madureira, no Acre, a Funai busca uma entidade que cuide de três índios menores de idade que não conseguem sair do vício. Os velhos hábitos das aldeias não satisfazem mais, principalmente os jovens.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198/ 2014

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Em 2012, o mesmo ano em que a Funai-Acre silenciava diante do tráfico nas aldeias, a Polícia Militar prendia em Tarauacá e Feijó, índios que faziam tráficos de drogas.

Segundo o relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entre os crimes praticados por indígenas, 59% têm relação com entorpecente. O próprio Cimi aponta que a dependência às drogas eleva a miséria nas aldeias.

Documentário sobre índios isolados abre 12º Festcine

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 04.11.2014



Indígenas que vivem em isolamento voluntário no Peru são o tema do documentário, que será exibido na abertura do festival, nesta terça feira dia 4, no Teatro Banzeiros a partir das 20h.

“Iskobakebo: um difícil reencontro”, tem direção de Fernando Valdívía, com produção do Instituto Common Good (IBC) e Teleandes Productions. O filme aborda o universo dos povos indígenas em isolamento voluntário na fronteira Peru-Brasil e mostra as sérias ameaças que eles sofrem com a Pucallpa-Cruzeiro do Sul rodovia, o desmatamento ilegal, o tráfico de drogas e as disputas de terra.

Fernando Valdívía conta, em 62 minutos, a história de cinco anciãos desta comunidade indígena, em Isconahua. Um deles é PibiaAwin, que agora vivem na bacia do rio Callería no Peru. Sobreviventes Iskobakebo, um povo que vivia nas profundezas da floresta de forma isolada, eles ficam sabendo, através de uma visita inesperada, que seus parentes estão na Amazônia brasileira.

A notícia cria neles uma verdadeira esperança de reencontrá-los. Ao mesmo tempo também no mostra a realidade em que vivem, um isolamento voluntário da fronteira Peru-Brasil e as ameaças graves que precisam enfrentar com a presença da Pucallpa-Cruzeiro do Sul (rodovia), do desmatamento ilegal, do tráfico de drogas e dos conflitos territoriais que colocam suas vidas em perigo constante.

Sobre o cineasta - Fernando Valdivia é peruano e estará presente no festival, do qual ele também participará como jurado. Comunicador Social e Bibliotecário, com especialização em

CONT.



Estudos Amazônicos da Universidade Mayor de San Marcos. Trabalhou na Calandria e ONGs em projetos audiovisuais educativos TV Cultura, foi ainda com 16 anos, após ler uma história do jornal El Comercio, onde três mulheres falavam de uma tribo desconhecida que apareceu na Manu, que ele se interessou naquele momento pelos povos em isolamento de florestas de fronteira distantes.

A programação de hoje também vai apresentar a mais nova animação do Mapinguari criada por Pedro Loureiro.

Após a exibição do documentário a cantora francesa Valerie Lu se apresenta com um repertório de blues, jazz e MPB

A programação do festival seguirá até dia 8 de novembro. Mais de 35 filmes nacionais e internacionais serão exibidos nas diversas telas oferecidas pelo evento ao público presente em Porto Velho, nas sessões do Cinema nos Bairros, Cinema nos Terreiros, A Escola vai ao Cinema, entre outras. E além da mostra competitiva, uma mostra especial terá espaço para filmes convidados, que serão exibidos em sessões únicas.

Quem vai eleger os premiados

Este ano os olhares aguçados e critérios técnicos apurados serão de Fernando Valdívia, Montezuma Cruz, Mário Jorge Branquinho, Daniel Graziane e Yuleyvis Valdés Alvarez. Eles vão eleger os melhores para os prêmios de Melhor Filme ou Vídeo, Melhor Documentário, Melhor Animação, Melhor Ficção, Melhor Experimental, Melhor Roteiro, Melhor Montagem, Melhor Trilha Sonora, Melhor Fotografia, Linguagem, Melhor Direção, Melhor Ator e Melhor Atriz, além do Prêmio Lídio Sohn - Melhor Produção Rondoniense e para a categoria de Vídeo Reportagem Ambiental, os prêmios de Melhor Reportagem Ambiental Rondoniense e Melhor Reportagem Ambiental Nacional.

O Festcineamazônia tem o patrocínio do BNDES, Governo Federal, Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, Lei Rouanet, Apoio cultural da Prefeitura de Porto Velho, Sema, Funcultural, Teatro Banzeiros, Iphan, Parceiros de Mídia, Rádio Parecis FM, Multisoluções e Canal Brasil. O Festcineamazônia é membro do Green Film Network e Fórum dos Festivais.

Na reserva de Araribá, cacique Jazone põe fé e acredita que chuva irá chegar
SÍTIO JC NET, 04.11.2014



Cacique Jazone assiste dança de crianças

Não só os católicos estão “trabalhando” para que a ajuda caia do céu. Indígenas da etnia terena, que moram na aldeia Ekeruá, pertencente à Terra Indígena Araribá, em Avaí (39 quilômetros de Bauru), dançam em busca de chuva quando a seca aperta.

O ritual é tão antigo que nem o mais velho de lá soube precisar a data que começou. Tudo o que se sabe é que veio do Mato Grosso do Sul, Estado que abrigou os primeiros índios desta cultura.

Há cinco anos, os terenas passaram seis meses sem chuva, o que é algo muito complicado para quem depende única e exclusivamente da agricultura. Foi aí que o cacique Jazone - que, por ironia do destino, tem quase o mesmo nome do atual presidente do DAE, Giasone Candia - convocou toda a aldeia. Sob o comando da pajé Ingracia Mendes e o delicado som da flauta de bambu, a maioria das mulheres dançou vestindo roupas feitas de sacos de estopa.

Deu certo. O ritual foi feito de manhã e, já no período da tarde, a aldeia havia sido contemplada com uma chuva moderada. “Muita chuva causa estrago, né?”, acrescenta o cacique, que abriu as portas da propriedade, ontem à tarde, para que a reportagem do JC assistisse a uma demonstração da dança feita por quatro crianças de lá.

Questionado se existe a chance de fazer o ritual “para valer” nos próximos dias, ele disse ter fé que a chuva venha naturalmente. Vamos torcer para que ele esteja certo.

Comunidades tradicionais estão no caminho da Manabi

SÍTIO O TEMPO, 04.11.2014

Empresa com sócios coreanos planeja mina e mineroduto em Minas e porto no Espírito Santo



Carioca. Maria Dalva (de laranja), o irmão José e a mulher Expedita não querem abrir mão da terra

Todos os dias, antes de preparar o almoço, dona Tereza Ferreira vai à horta pegar o que vai cozinhar. Do alto dos seus 80 anos, 60 deles vividos na comunidade Carioca, na zona rural de Morro do Pilar, ela lembra com detalhes de quando chegou, recém-casada, vinda da comunidade de remanescentes de quilombolas Mata Cavalo, na mesma região. “Meu pai nasceu lá, em família de escravos. Tinha o Zé Pereira, que era o ‘rei’. Ele era dono de 1.800 alqueires de terra, sete léguas, e deixou para duas filhas naturais. Depois que elas morreram, deixaram para os escravos”, conta dona Tereza.

Essa é apenas uma das comunidades que serão afetadas pelo megaprojeto da Manabi, que construirá um complexo com mina, mineroduto de 511 km entre Morro do Pilar (MG) e Linhares (ES), e um porto. A mineradora, que nasceu em 2011, formada por fundos de pensão coreanos e canadenses, alega em seus estudos que não foram encontradas comunidades remanescentes de quilombos nas áreas impactadas pelo empreendimento.

O governo de Minas já deu parecer favorável à concessão da licença da mina, que será votada na próxima quinta-feira, na Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). Apesar de ter sugerido o deferimento, o Parecer Único do Estado “puxa a orelha” da Manabi.

CONT.



Segundo o documento, os estudos da empresa indicam inexistência de comunidades remanescentes de quilombos porque não foram encontrados registros na Fundação Cultural Palmares, responsável por esse tipo de cadastro. "O fato de não existir formalmente o processo de auto-reconhecimento das comunidades, intitulado-as como 'comunidades tradicionais', não implica na ausência de tradicionalidade", diz o parecer.

Por meio da assessoria de imprensa, a Manabi afirma que as comunidades tradicionais foram identificadas e consideradas. "A empresa mantém, desde a fase de planejamento do projeto, um intenso processo de diálogo com as comunidades, buscando mantê-las informadas", diz, em nota.

Memória. Dona Tereza conta a história da terra. "Ele (Zé Pereira) fez o papel escrito a ouro: as filhas Ana e Constança, nenhuma é legítima; não fui casado, mas deixo os bens que eu possuo de uma pela outra. Nenhuma delas vai poder casar, se casar não leva nada. Na falta da última, fica com os meus 'filhos' escravos. Não vão poder dar, nem vender nem arrendar", conta.